

VIII SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA

Paola Verri de Santana*

Em 2003, o VIII SIMPURB foi sediado no Recife de 10 a 14 de novembro, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. As diversas atividades ali realizadas contaram com uma significativa participação de alunos de graduação, mestrado e doutorado, além de professores, pesquisadores e técnicos, o que revela a importância das questões formuladas e analisadas pela Geografia Urbana. A motivação era o imperativo urbano em si, antes mesmo de estar compartimentado a um campo de investigação inserido na estrutura institucional universitária, que insiste em definir as fronteiras entre as ciências. Para um mundo urbano, em virtude do crescimento e multiplicação das cidades, a urbanização, mas também a intensidade do envolvimento da população com as cidades, onde serviços lá produzidos são encontrados em toda a parte, além de um modo de vida de caráter urbano tender a se generalizar. Neste sentido, não é casual o perceptível volume de trabalhos apresentados no último ENG, maior reunião da comunidade científica geográfica. O XIII Encontro Nacional de Geógrafos, ocorrido em João Pessoa, no ano de 2002, mostrou que a questão urbana tem estado entre as temáticas mais debatidas; mesmo quando o foco é outro, elementos do urbano aparecem atravessando o objeto em estudo. Possivelmente, essa será uma das maiores preocupações durante o próximo evento organizado pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros: o VI

Congresso Brasileiro de Geógrafos, a ser realizado entre os dias 18 e 23 de julho de 2004, em Goiânia.

A relação do espaço urbano com a esfera política foi uma das discussões sobre a gestão das cidades, em particular, as políticas públicas territoriais como o que se vem denominando de planejamento estratégico e intervenção urbana. Uma questão posta como prioritária para reflexão começou a ser exposta durante a Conferência de Abertura proferida pela professora Ana Fani A. Carlos (USP). Para ela, pensar a problemática urbana requer desvendar o sentido da cidade, nos moldes do que Henri Lefebvre propõe em “O Direito à Cidade”. Se a cidade é o lugar possível do uso (o habitar; a vida cotidiana), então onde estaria a contradição? A questão é que a condição para o morar deixou de ser a do usador, transformando-se na do usuário. A troca, que carrega como pressuposto a propriedade privada, passa a conduzir o acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Se as relações sociais permanecem ligadas ao processo de reprodução do capital, então elas seguem o sentido da acumulação. É por esta razão que as possibilidades de transformação política em decorrência da Lei do Estatuto da Cidade são limitadas. As heranças da formação sócio-econômica, desde os tempos coloniais, são fundamentos do que se chama hoje de problemática urbana. A promulgação desta Lei, em 2001, exigiu sua avaliação crítica enquanto instrumento legal de regulação dentre os modos de gestão urbana. O questionamento consiste

*Doutoranda em Geografia Humana no Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Fani Carlos. E-mail: pvsantana@yahoo.com.br.

nas reais conquistas do movimento da Reforma Urbana, bem como do Ministério da Cidade, criado em 2003, tendo em vista as premissas básicas assinadas naquela Lei, a saber: do cumprimento da função social da cidade e da propriedade se esta última se impõe como um dos fundamentos do capitalismo? Afinal, o que virá a ser a sociedade urbana tendo em vista a preservação da propriedade privada?

Quer dizer, uma ruptura do ponto de vista econômico não se realiza, nem tão pouco a da concepção de Estado. As continuidades estão expressando o próprio modelo do desenvolvimento sustentável presente no discurso do Estado. Este assume planejamento e gestão seguindo discursos baseados nos parâmetros indicados no Estatuto da Cidade, por exemplo, a idéia de cidades saudáveis. A permanência do Estado é também a redução na formulação de uma política urbana participativa. O orçamento participativo, independentemente de estar limitado às restrições orçamentárias do município (pois as prioridades definidas pela população estão subordinadas a um pequeno percentual daquele), ainda é uma prática restritiva a medida em que as opções a votar já são predefinidas pela prefeitura. De fato, a desigualdade na apropriação do espaço geográfico persiste e isso se mostra de várias maneiras.

Um conjunto de recentes empreendimentos está concentrado nas áreas de recuperação dos centros históricos das cidades. A revitalização destes lugares é, em parte, responsável pela colocação de manifestações culturais como animação para simular o ambiente da antiga paisagem arquitetônica ora restaurada. Algumas comunicações e painéis, além de mesas redondas, trouxeram contribuições quanto ao patrimônio histórico e arquitetônico do ponto de vista do uso de monumentos, sua preservação ou sua exploração turística, por exemplo, a inserida na promoção de eventos culturais. A adequação destes espaços, tendência de muitas cidades brasileiras que estão comprando o "Modelo de Barcelona", tem como "estratégia" torná-los mercadoria, produzindo espaços de consumo e

consumo de espaços. Significativas experiências de intervenção têm revelado o que se propõe como "estratégico no planejamento". O ponto de vista urbanístico enfatiza da idéia de que a "requalificação" daqueles espaços possa ter efeitos multiplicadores positivos para a cidade como um todo. Talvez um olhar do geógrafo seja capaz de questionar as estratégias políticas e técnicas escolhidas como objeto de gestão urbana. A crítica deve salientar que determinados territórios vão sendo delimitados com estas ações. A expansão das periferias urbanas, a questão da falta de condições de moradia para famílias pobres, os riscos ambientais que sofrem, são expressões da desigualdade que persiste. Deste modo, a decisão quanto aos usos do espaço urbano vem acompanhada de um discurso ideológico, busca de legitimação da falsa idéia de adequação aos preceitos do ideal referido como "direito à cidade".

A participação do professor Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) foi reconhecidamente enriquecedora. Suas contribuições versaram sobre críticas ao uso indiscriminado de noções como as de segregação e rede, embora esse não tenha sido o único motivo para fazê-lo avaliar muitos dos trabalhos apresentados. Sua sugestão: exigir uma seleção mais rigorosa a fim de evitar o aceite de propostas com caráter primário e de qualidade comprometida. Quanto à rede, essa seria uma noção teórica importante para demonstrar e analisar a re-configuração do território nacional. Para ilustrar, a intensidade do processo de urbanização brasileira na segunda metade do século XX significou transformações históricas: surgimento, encolhimento e ascensão de pequenas e médias cidades, tendo em vista o contexto regional a que pertencem. A rede urbana brasileira se modifica, em especial, na década de 70. Conhecer quais os atores influentes nas cidades, bem como, suas configurações e funções no cenário nacional e global, permite desvendar como a rede urbana foi sendo desenvolvida à medida que os elos e as relações entre os lugares iam sendo estabelecidos, por exemplo.

O processo de urbanização latino-americana, característico do mundo subdesenvolvido, implica em tratar do que se convencionou chamar de problemas urbanos. Violência, habitação em áreas de risco de alagamento ou desabamento, tráfico de drogas, pobreza, têm suas explicações estruturais, mas há que se ver que o urbanismo que se prega nada os transformam tendo em vista a permanência de algumas premissas fundamentais. Para os que confundem urbanismo com "medicina urbana" se diria: como curar doenças sem tratar das causas? Ao contrário, a concepção de transformação da vida urbana através da produção do espaço, tem privilegiado o centro onde cada vez mais investimentos tendem a se concentrar. Isso tem elevado as desigualdades e induzido a necessidade de que os espaços valorizados da cidade estejam protegidos. Esta seria uma justificativa para o aumento no número de condomínios com fortes sistemas de segurança, sabendo que apesar da proximidade das favelas e "bolsões de pobreza" a distância sócio-econômica valoriza "espaços urbanos protegidos", "seguros" e "integrados" Isso demonstra a existência de diferentes estratégias de apropriação do espaço, que ora integram ora separam territórios dentro da cidade, tendo em vista relações entre centros e periferias urbanas, mas também a presença de tensões e conflitos. Assim, o professor Jan Bitoun (UFPE) também questiona o uso generalizado do conceito de segregação. Ele argumenta que um debate conceitual precisa ser aprofundado sobre a idéia de segregação residencial no sentido de entender a espacialização das categorias sócio-ocupacionais, mostrando como se distribuem em aglomerações metropolitanas, agrupando-se, avizinhandando-se e separando-se. Conforme opinião do Professor Roberto Lobato, para a idéia de segregação sócio-espacial ser usada entre os geógrafos, faz-se necessário estudar a literatura disponível, embora pouco lida, como o próprio teor dos trabalhos apresentados o fez perceber.

Numa certa medida, a comunidade geográfica interessada pela abordagem do urbano manteve-se preocupada em avaliar as contribuições teóricas e metodológicas que a análise do espaço geográfico, enquanto objeto de estudo específico da Geografia, pode apresentar. Isso, entretanto, não exclui o diálogo com outras disciplinas: a História, a Economia e a Sociologia Urbana, mas também a Antropologia Urbana. Dentre elas, o urbanismo parece central; sob o domínio da racionalidade econômica, tem contagiado geógrafos a fim de reproduzirem o projeto funcional da cidade. Uma crítica à produção de indicadores diz respeito ao empobrecimento da análise geográfica, em parte, as bases estatísticas, fotográficas e cartográficas estão presas a um olhar positivista, o que, com frequência, as coloca em posição de superioridade do que se considera conhecimento científico. Ademais, a questão não se restringe a isso, já que os órgãos definidores de suas metodologias (por exemplo: IBGE, IPEA, PNUD) direcionam suas pesquisas a fim de atender à necessidade de formulação de políticas públicas. O que dizer dos erros nas previsões populacionais no período em que o Brasil teve taxas de crescimento populacional extremamente elevadas? Elas explicariam as deficiências das redes de infra-estruturas e das condições de vida nas cidades. O Professor Jan Bitoun (UFPE) embora acredite ser válido o atual esforço, o da produção de mapas da violência, da exclusão social, da pobreza, do desenvolvimento humano, continua a questionar em que medida estas bases são suficientes para inferir conclusões relativas a processos de segregação inseridos na forma urbana, particularmente, das metrópoles brasileiras. A análise dialética parece ir além ao articular e desvendar diversos meandros da realidade sócio-espacial, sob a ótica de uma crítica à lógica capitalista. Deste modo, ela assume o papel de possibilitar a explicação de como o processo de reprodução das relações sociais de produção liga-se indissociavelmente ao processo de produção e transformação do espaço.

A votação para a definição do local do próximo SIMPURB foi bastante concorrida, mesmo tendo sido a último momento da plenária, quando muitos participantes já haviam partido para suas cidades de origem. Manaus foi escolhida para acolher o IX SIMPURB, em 2005, sendo eleita apesar das duas outras candidaturas: as propostas para Belo Horizonte e Porto Alegre. A localização no Norte do território brasileiro deverá ser um marco na história deste evento. Uma expectativa é reunir participantes do eixo de maior concentração populacional do país a um maior número de trabalhos de pesquisadores ligados à realidade

da Amazônia. Como resultado da possibilidade de uma reflexão conjunta, acredita ser possível enriquecer tanto as questões teóricas como os conhecimentos relativos às particularidades e aos pontos de vista que aquela região possa suscitar. Por fim, esta reunião de temas diversos, estudados segundo a realidade das diferentes regiões do país, e até as influências estrangeiras, representa uma amostra do significativo amadurecimento da Geografia Urbana Brasileira. Esta vem sendo construída graças a uma rica variedade teórica e metodológica responsável, inclusive, pelas particularidades de cada centro de pesquisa.

